

Maria Tavares,

“Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência”. *In* PORTAS, Nuno (coord.) *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*, CML, IHRU, Lisboa, 2013, p. 21-45.

Leituras de um percurso na habitação em Portugal: as “Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência”

Maria Tavares

Arquitecta

Docente na Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada

Investigadora do Grupo *Atlas da Casa*

do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

[Este texto faz parte do doutoramento em curso na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto sobre as «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência (1946-1972), no âmbito do projecto de investigação *Mapa da habitação: programas habitacionais no século XX português* do Grupo *Atlas da Casa*, do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU|FCT)].

*

1. Leitura de um contexto

No ensaio apresentado no Colóquio de Urbanismo no Funchal¹, em 1969, e, posteriormente, publicado na dinâmica revista *Arquitectura*, Nuno Teotónio Pereira dava início, (...) *ainda que com carácter experimental (...)*², à sua secção regular dedicada à habitação social, com uma espécie de balanço crítico da situação habitacional portuguesa. No artigo “Habitações para o maior número”³ assinala e exemplifica o cerne do problema habitacional exactamente no carácter progressivo da carência, determinada por inúmeros factores, como: a pressão demográfica; o afluxo das populações rurais aos centros urbanos; a redução da dimensão das famílias; entre outros. No entanto, e

¹ Colóquio de Urbanismo no Funchal, 8 de Janeiro de 1969.

² Nota de *Abertura* à secção “Habitação Social”. *Arquitectura*, Jul./Ago. 1969, n.º 110, pp. 181-182.

³ “Habitações para o maior número”. *Arquitectura*, Jul./Ago. 1969, n.º 110, pp. 181-182.

independentemente do carácter da resposta, que não se poderia centrar apenas na (...) *construção de alguns bairros (...)*⁴, importa esclarecer que o (...) *maior número (...)* se constitui por uma realidade não estática, ampliado a novas camadas da população, tornando-se essencialmente um fenómeno colectivo. Não há, portanto, uma linha de fronteira sobre a qual se pudessem centrar as atenções, concentrando os esforços, em (...) *reconhecer o seu dinamismo para o colocar numa perspectiva realista que permita forjar os instrumentos necessários à resolução dos problemas que o concernem (...)*⁵.

Retrocedendo cerca de vinte anos, no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, defendido por Nuno Teotónio Pereira como o (...) *momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos (...)*⁶, o então arquitecto estagiário, juntamente com o seu colega Costa Martins, levanta, entre outras, a mesma questão. Na comunicação que apresentam ao Tema II⁷, “Habitação Económica e Reajustamento Social”, construir para o (...) *maior número (...)* passaria por entender e analisar o corpo social das grandes cidades, e assumir a distinção de dois grupos entre a população mal alojada: a classe proletária e a classe média. Defendem, deste modo, que seria (...) *preciso acelerar e generalizar ao máximo o movimento ascendente da classe proletária, eliminando ao mesmo tempo as causas que motivam o movimento descendente da classe média (...)*⁸, através do relacionamento das habitações das duas classes, de modo a que se possam estabelecer relações de vizinhança.

A tão discutida construção em altura, um debate contemporâneo já analisado e apresentado por Gropius, em 1930, no III Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM), em Bruxelas, através dos seus diagramas

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ Nuno Teotónio PEREIRA — “A arquitectura do Estado Novo”. *Arquitectura*, Jun. 1981, n.º 142.

⁷ Tema II — *O Problema Português da Habitação.*

⁸ Nuno Teotónio PEREIRA; Costa MARTINS — “Habitação Económica e reajustamento social”. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008, p. 248, edição fac-similada.

“Construção Baixa, Média ou Alta?”, mostra, essencialmente, uma exigência de racionalidade⁹. Nuno Teotónio e Costa Martins propõem ser urgente aplicar em grande escala este princípio, considerando, no entanto, o significado das características sociológicas da população em causa.

O moderno *bloco* de habitação colectiva deixa de ser proposto como uma peça isolada na cidade, recuperando, como afirma Ana Tostões, (...) *uma nova dignidade* (...), pensado (...) *como peça repetível em função dos valores urbanos* (...), sendo estes os casos que contribuem para (...) *uma imagem de cidade mais contemporânea civilizada e mais internacionalmente urbana* (...)¹⁰.

As preocupações são claras, e é perante uma expectativa de transformação social do país que, após o rescaldo do congresso de 1948, e nestes vinte anos que separam os dois textos, as décadas de 1950 e 1960 se enquadram numa espécie de revisão de conceitos, associados a uma mutação (ou adaptação) do discurso arquitectónico perante o estudo da casa, principalmente a de âmbito económico, até então reconhecida por um modelo representativo de um discurso ideológico *ruralizante*, sintetizado na (...) *casa própria, modesta e bem portuguesa* (...), promovido pelo Estado Novo¹¹.

Este regime das Casas Económicas, apoiado num modelo que remonta à discussão da “casa portuguesa” associado à casa unifamiliar burguesa representativa do poder das classes através da propriedade, constrói, ao longo de trinta e três anos de actuação (1934 a 1967), apenas cerca de 13 500 habitações¹², resultando nuns modestos quatrocentos fogos por ano¹³. Todos

⁹ Madalena Cunha MATOS — “Para o maior número: sobre a Federação de Caixas de Previdência”. *JA*, Jan./Fev. 2002, n.º 204, p. 34.

¹⁰ Ana TOSTÕES — *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP publicações, 1997, p. 71.

¹¹ Maria TAVARES — “Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal”. *Resdomus*. Porto: Grupo Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, 2010; www.resdomus.blogspot.com [2010].

¹² Em Lisboa, treze bairros num total de 5137 fogos, e no Porto, doze bairros num total de 2378 fogos, fora o resto do país.

¹³ “Habitações para o maior número”. *Arquitectura*, Jul./Ago. 1969, n.º 110, pp. 181-182.

os esforços representam para o estado do país (...) *uma gota de água no oceano* (...) ¹⁴.

Entretanto, a “novíssima geração”¹⁵ de arquitectos, como Nuno Portas a designa, conduz uma reflexão operativa sobre o cenário apresentado. Atenta ao contexto de reconstrução da Europa, com a evidente simplificação e estandardização dos programas e das propostas, proporcionando a capacidade de projectar para as grandes massas, participa num quadro de inquietação sobre as soluções (modernas) em curso. Acrescentamos a esta inquietação uma nova consciência social, numa posição que ganha consistência em Portugal, perante um conceito de modernidade que (...) *se vai tornando sociologicamente, um pouco possível* (...) ¹⁶.

É nesta condição de construção para o “maior número”, e neste quadro de responsabilidade social associada à valorização do utente por parte da “novíssima geração”, que emergem, em 1946 e no seio do Ministério das Corporações, as Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência (HE)¹⁷.

2. Habitações Económicas: pragmatismo *vs* experimentalismo

No virar desta página do percurso da habitação em Portugal, o debate em torno do alojamento assume proporções significativas. Trata-se de uma fase menos ideológica e mais pragmática, com a II Guerra Mundial como charneira.

Com o Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946, abre-se uma nova porta à resolução do problema habitacional. A nova legislação torna possível a federações de instituições da Previdência Social a realização de obras

¹⁴ Marielle Christine GROS — *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

¹⁵ “A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal”. *Arquitectura*, Nov./Dez. 1959, n.º 66, pp. 13-14.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ A constituição das HE-FCP é constituída e aprovada em *Diário do Governo* n.º 137, de 15 de Junho de 1946, com fundamento no n.º 3 do art. 11.º do Decreto-Lei 35 611, de 25 de Abril do mesmo ano.

sociais¹⁸, nomeadamente a construção de Casas Económicas e Casas de Renda Económica. Criam-se, assim, as condições para que meses depois sejam fundadas as HE com o objectivo de contribuir para o fomento da habitação, com a aplicação dos capitais da Previdência na construção de Casas de Renda Económica¹⁹. Tal regime de promoção inscreve-se, segundo Nuno Teotónio Pereira, primeiro arquitecto do organismo e um dos seus principais elementos estruturadores, (...) *no esforço de adaptação do então 'Estado Novo' às novas condições políticas decorrentes da derrota dos regimes fascistas na 2.ª Guerra Mundial (...)*²⁰.

Ao longo de vinte e seis anos (1946-1972), é com a aplicação dos capitais da Previdência que as HE proporcionam um debate e uma reflexão sobre a temática do habitar, ensaiando um novo território de investigação em torno dos problemas do alojamento, adaptando-se a um quadro economicamente apertado e de redução ao mínimo das estruturas domésticas propostas.

(...) *Escola de investigação disciplinar do habitat colectivo (...)*²¹, as HE aproveitam-se das portas que a política habitacional do Estado Novo abre, com a implementação deste novo regime das Casas de Renda Económica. Adopta-se, com o novo programa habitacional, um sistema de arrendamento²² baseado no tão debatido *bloco* de habitação colectiva, ampliando consideravelmente a escala dos edifícios, ainda assim com o máximo de quatro pisos, mas assegurando a temível distância aos (...) *falanstérios, potencialmente geradores de subversão social (...)*²³.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946, art.º 11.º.

¹⁹ Regime legislado pela Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

²⁰ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência — 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*. Porto: FAUP publicações, 1996, p. 205.

²¹ José Manuel FERNANDES — “Jorge Viana, o arquitecto de Oeiras”. *Arquitectura Portuguesa (temas actuais II)*. Lisboa: Livros Cotovia, 2005, p. 144.

²² O arrendamento era visto com maus olhos pelo regime, dada a conotação com a situação proletária.

²³ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 206.

A necessidade da revisão do programa de habitação, resultante de uma já referida posição pragmática no sentido (...) *do reforço do aparelho produtivo, e da modernização e racionalização do Estado* (...)²⁴, inicia-se, com o que viria a ser a grande alteração estratégica da década, o Bairro de Alvalade.

As suas duas primeiras células, inteiramente construídas com fundos da Previdência, utilizam pragmaticamente os estudos que Miguel Jacobetty vem pouco tempo mais tarde a apresentar no congresso de 1948, como uma contribuição para o já mencionado Tema II, *O Problema Português da Habitação*. Os mesmos estudos são, posteriormente, aplicados em outras cidades do país, afastando-se das classes operárias e dirigidos às classes médias, (...) *cujas carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação e de cujo apoio o regime precisava* (...)²⁵, mas numa sucessão de pequenas intervenções, longe da escala e da experiência de Alvalade.

Estamos em 1947 e, ao longo dos primeiros anos de actuação e dada a não existência de um quadro técnico capaz de dar resposta às solicitações, os capitais da Previdência, avolumados pelo desfasamento entre as contribuições e os subsídios e as pensões pagas, são aplicados neste grande *ensanche* da cidade²⁶, programado pelo Município de Lisboa, e que se constitui como a (...) *rampa de lançamento* (...)²⁷ das HE.

Nuno Teotónio Pereira, como já mencionámos, figura incontornável no percurso metodológico do organismo, entra um ano depois do seu arranque. Inicia o seu percurso profissional, ainda enquanto estudante, nas obras do Bairro de Alvalade, contratado pela Câmara Municipal de Lisboa, acompanhando a obra sob a direcção do engenheiro Guimarães Lobato e assessorando o arquitecto-chefe, Miguel Jacobetty.

Com a experiência da assistência técnica que presta em Alvalade, é convidado a integrar os quadros das HE, como responsável pelo sector de

²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 207.

²⁶ Denominação de Nuno Portas para a grande experiência de Alvalade.

²⁷ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 207.

estudos e projectos da delegação central, em Lisboa. Mantém-se ligado às HE até à sua extinção, sendo o único arquitecto durante os primeiros dez anos, até à vigorosa entrada de João Braula Reis, passando então a consultor.

Ao abrigo da sua responsabilidade nos quadros das HE, é enviado para os congressos da União Internacional dos Arquitectos (UIA), onde é delegado português durante seis anos. Viaja pela Europa à procura de experiências congéneres, nomeadamente as italianas da INA-Casa²⁸, de forma a poder aplicar e discutir modelos de actuação no seio do organismo. (...) *Participa na escolha dos terrenos e na definição dos programas, atribuindo encomendas a colegas distribuídos pelo país* (...) ²⁹, produzindo, posteriormente, os inevitáveis pareceres (...) *depois de frutuosas trocas de impressões* (...) ³⁰, como o próprio especifica.

Passada a primeira fase de Alvalade, começam a surgir pedidos por todo o território nacional. Em sintonia com as respectivas câmaras municipais, que disponibilizam os terrenos em função de estudos do respectivo *deficit* habitacional, os projectos são entregues inicialmente a um número restrito de arquitectos de Lisboa e do Porto, das relações pessoais e profissionais de Nuno Teotónio Pereira, recusando, curiosamente, depois da primeira fase pragmática de Alvalade, o uso de projectos-tipo, a favor de elementos funcionais tipo, susceptíveis de várias combinações³¹. Os projectos, elaborados em regime de profissão liberal³², encontram-se distribuídos pelo país, nos mais variados contextos.

As transformações e o grande dinamismo que se observa ao longo das décadas de 1950 e 1960, associadas à “novíssima geração”, determinada por um

²⁸ INA-Casa: *Instituto Nazionale de Assicurazione-Casa*, também conhecido por Plano Fanfani, homenageando o ministro do Trabalho que o idealizou. O plano inicia-se em 1949, e tem como principal objectivo combater o desemprego através da construção civil e solucionar a carência de habitação.

²⁹ Nuno Teotónio PEREIRA — “Um testemunho pessoal”. *Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Quimera Editores, 2004, p. 45.

³⁰ *Idem, ibidem*.

³¹ *Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência, Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita*, Out. 1963, n.º 9, p. 10.

³² As HE asseguram, no entanto, a respectiva coordenação e execução da obra.

alinhamento de compromisso social, mostram-nos que, numa rápida sequência temporal, põem em prática um conjunto de princípios recorrentes de um experimentalismo ensaiado na produção, para o que se torna significativa uma espécie de movimento de renovação da modernidade, proposta pelo resultado das encomendas feitas a arquitectos exteriores ao organismo.

3. Duas fases, duas leis, um mesmo objectivo

Casas de Renda Económica

No arranque da década de 1950, o próprio Nuno Teotónio, em regime de encomenda directa ao seu ateliê, propõe para Braga o que identificamos como o arranque desta segunda etapa do organismo, por ser a primeira obra que rompe com os viajados projectos de Alvalade. (...) *Num compromisso com vista à integração da malha urbana (...)*³³, o agrupamento da antiga Avenida do Marechal Gomes da Costa, hoje Avenida da Liberdade, construída na época como eixo de expansão da cidade, ensaia uma variante ao quarteirão-tipo, introduzindo uma implantação tanto de continuidade com o tecido urbano existente, como de proposta de libertação de uma malha urbana fechada, e revela, ainda, a experiência que o arquiteto havia adquirido na assistência técnica prestada ao Bairro de Alvalade, (...) *substituindo os logradouros por espaços públicos (...)*³⁴.

Seguem-se inúmeras propostas. Num registo mais urbano, podemos apontar: o Bairro do Ramalde, no Porto, de Fernando Távora, sobre o qual o jornal *O Primeiro de Janeiro* anuncia (...) *uma verdadeira cidade nova, para 6 mil habitantes, que vai ser construída (...)* *segundo as mais modernas concepções urbanísticas (...)*³⁵, plano que, não construído na sua totalidade, é a grande operação

³³ Nuno Teotónio PEREIRA — “Um percurso na profissão”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 153.

³⁴ João AFONSO — “Uma imensa simplicidade. A cidade que se constrói na Rua da Alegria”. *Arquitectura e Cidadania...*, p. 88.

³⁵ *O Primeiro de Janeiro*, 26 Fev. 1950.

promovida pelas HE na cidade³⁶; na transição da década de 1950 para 1960, a grande experiência dos bairros de Olivais Norte e Sul e, posteriormente, de Chelas³⁷, em Lisboa, onde, ao contrário do Porto, a representatividade dos edifícios promovidos pelo organismo é enorme³⁸; os significativos projectos modernos, em Gaia e em Bragança, de João Andresen — que propõe igualmente para o Ramalde, juntamente com Rogério Martins (anterior ao projecto de Távora) —, reduzindo e racionalizando ao máximo todas as circulações, embora programas mais extensos do que seria de esperar em situações desta natureza; o singular conjunto de edifícios³⁹, no Funchal, proposto por Chorão Ramalho, com relativa densidade, (...) *assegurando um perfeito desafogo das construções que ficam rodeadas de espaços livres arborizados* (...) ⁴¹.

A par destas experiências, seguem-se as inúmeras propostas de Ruy d’Athouguia, Bartolomeu da Costa Cabral, Nuno Portas, Vasco Croft, Vítor Figueiredo, Justino Morais, Conceição e Silva, Jorge Viana, e os arquitectos do Norte, Alcino Soutinho, Lixa Filgueiras, Rui Pimentel, Luís Cunha e o *saudoso* Arnaldo Araújo (como Nuno Teotónio o denomina), entre outros.

Em contexto rural, a mesma lei das Casas de Renda Económica tem relativa presença. Contemporâneas do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, onde Nuno Teotónio participa como responsável pela região da

³⁶ O Bairro do Ramalde é a única operação na cidade do Porto. Mais tarde, e já numa fase de transição de competências para o que viria a ser o FFH, entra em construção parte da grande operação da Pasteleira (com projecto edificado de João Seródio).

³⁷ Com plano do Gabinete Técnico da Habitação (GTH), a partir do Decreto-Lei n.º 42 454 de 1959.

³⁸ Maria TAVARES — “Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência: uma perspectiva estratégica [nos anos 1950 e 1960 em Portugal]”. *Actas do 1.º CIHEL — Congresso Internacional do Espaço Lusófono*. Lisboa: Argumentum, 2010, p. 48.

³⁹ O programa, complexo em termos funcionais, prevê as novas instalações da Caixa Sindical da Previdência do Distrito do Funchal: serviços administrativos, serviços médico-sociais, dois blocos de habitação de nove e três pisos e ainda dois estabelecimentos comerciais.

⁴¹ Raul Chorão RAMALHO — “Conjunto de Habitações no Funchal”. *Arquitectura*, Mar./Abr. 1965, n.º 87, pp. 47-53.

Estremadura, as propostas valorizam vivências, novas estruturas físicas e propõem novos modos de habitar.

Destaca-se o projecto de Barcelos, de Nuno Teotónio, onde o conhecimento dos destinatários proporciona outro território de investigação. Ensaiam-se novos esquemas habitacionais, apostando-se na simplificação do programa, através da concentração das funções num núcleo central, que se assume como uma espécie de espaço principal da vida doméstica, (...) *fortemente influenciado por uma polivalência de matriz vernacular* (...) ⁴², em relação directa com o exterior. Este dispositivo central moderno, que revela uma preocupação pela resposta à economia das áreas, eliminando zonas de circulação, e que o autor repete em numerosos projectos ⁴³, contempla uma adaptação a um novo contexto, não só da estrutura familiar, mas igualmente ideológico. A mulher desempenha um papel fundamental nas tarefas domésticas, e é-lhe oferecido um espaço de experimentação tipicamente moderno, com um núcleo de serviços completo e complexo sustentado pelo desenho do mobiliário e a sua agregação. O conjunto das vinte casas propostas, em duas bandas de dois pisos ⁴⁴, procura (...) *contextualizar-se no sítio e aproximar-se das tipologias rurais sem perder um sentido de contemporaneidade* (...) ⁴⁵.

Com as mesmas preocupações podemos apontar o projecto para Famalicão e Trancoso, também de Nuno Teotónio Pereira, ou, então, o misto entre torres e bandas em Vila do Conde e Caramulo, já com Nuno Portas.

Uma das conquistas destas encomendas é a desejada descentralização da actividade arquitectónica e do projecto pelo país. Igualmente aproxima os arquitectos de Lisboa e do Porto, que teriam também essa oportunidade na

⁴² Rui Jorge Garcia RAMOS — *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP publicações, 2010, p. 87.

⁴³ O projecto para a Soda Póvoa, na Póvoa de Santa Iria, apesar de ser em contexto mais urbano, reflecte as mesmas preocupações na organização do espaço doméstico, assim como experiências posteriores nos Olivais.

⁴⁴ Seis e catorze casas respectivamente.

⁴⁵ Ana TOSTÕES — *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Lisboa: s.n., 2002, p. 647, dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto Superior Técnico/Universidade Técnica de Lisboa, texto policopiado.

realização do já mencionado Inquérito à Arquitectura Popular (1955-1960), impulsionado por Keil do Amaral.

Com o acumular dos capitais da Previdência e com o avolumar de pedidos ao longo da década de 1950, o organismo sente a necessidade de ampliar os seus quadros técnicos. Surge, indicado por Nuno Teotónio, o nome do jovem arquitecto João Braula Reis, que aprofunda o tema da habitação económica como tese de fim de curso⁴⁶.

Com esta entrada, que se vem a revelar vigorosa, Nuno Teotónio passa à figura de consultor, trabalhando apenas em *part-time* até à extinção do organismo. Braula Reis avança com o projecto, distanciando-se, no entanto, de uma estrutura institucional e burocratizada, constituindo uma equipa jovem e mantendo sempre um espírito de ateliê, conservando liberdade de acção e de concepção⁴⁷.

O primeiro núcleo de projecto, criado na segunda metade dos anos cinquenta, conta assim com a chefia de Braula Reis e com os arquitectos Vasco Croft de Moura, Bartolomeu da Costa Cabral e Justino Morais, chegando, após sucessivas reestruturações, a ter uma numerosa equipa de arquitectos (cerca de vinte, para além de engenheiros, fiscais, etc.). Apesar do organismo começar a ter capacidade de resposta interna, continua, no entanto, a trabalhar com o sistema de encomendas directas em regime de contrato.

Esta equipa viria a ter um papel preponderante na grande fase posterior, quando se monta (...) *uma estrutura de apoio à construção pelo próprio, elaborando projectos e fiscalizando obras* (...)⁴⁸.

⁴⁶ A tese final do seu curso fora um estudo sério e aprofundado sobre a problemática da habitação para as classes mais pobres, tendo como base um bairro para pescadores em Peniche. Vasco CROFT — *Arquitectura e Humanismo. O Papel do Arquitecto, Hoje, em Portugal*. Lisboa: Terramar, 2001, p. 281.

⁴⁷ Maria TAVARES — *Federação de Caixas de Previdência — Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. Lisboa. s.n., 2003, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa texto policopiado.

⁴⁸ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência — 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 209.

Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo

O final da década de cinquenta fica marcado por uma nova aposta no campo da habitação. Com a publicação da Lei n.º 2092, em 1958, associada à acumulação dos capitais, é possível a concessão de empréstimos para a construção, aquisição ou beneficiação de casa própria⁴⁹ a particulares, beneficiários da Previdência, que respondam a um certo número de requisitos que a lei estipula⁵⁰. A particularidade da lei é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e a Casas do Povo, que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção⁵¹. Proporciona-se, por um lado, um grande dinamismo ao nível dos modelos de acção e, por outro, a possibilidade de expansão da equipa de trabalho, garantindo uma cobertura ainda mais alargada do território.

Com uma equipa de cerca de vinte arquitectos, e com uma recém-nascida delegação norte, orientada por Alcino Soutinho⁵², cria-se, em regime de avença, uma Rede de Arquitectos Regionais. Distribuem-se por nove zonas, com nove equipas de trabalho, orientadas por nove arquitectos: Porto (Duílio da Silveira/Rui Pimentel), Trás-os-Montes (Augusto Amaral/Arnaldo Araújo), Coimbra (Vasco Cunha), Covilhã (Pinto de Sousa), Lisboa (Justino Morais), Santarém (Vítor Figueiredo), Elvas (Manuel Bagulho), Faro (F. Modesto) e

⁴⁹ Os beneficiários, após conclusão das respectivas casas, teriam de colocar numa das fachadas uma placa com o símbolo HE, mais a indicação da respectiva modalidade: C, construção; A, aquisição; B, beneficiação.

⁵⁰ Maria TAVARES — *Federação de Caixas de Previdência...*, p. 81.

⁵¹ As HE emprestam 70% do capital necessário à construção de uma casa, desde que o beneficiário disponha do terreno e de 30% do capital. No caso de empresas contribuintes e sócios efectivos das Casas do Povo, os empréstimos beneficiam de uma tabela específica, adaptada a cada caso. As Casas do Povo e respectivas câmaras municipais dão o devido apoio, conseguindo na maioria das vezes, e em contextos maioritariamente rurais, viabilizar os terrenos para construção, contribuindo, igualmente, com uma parte do capital a favor do beneficiário.

⁵² Em 1960 é criada a Delegação Norte, dada a necessidade de resposta imediata aos pedidos, consequência da nova lei. Alcino Soutinho fica responsável pela mesma, elaborando propostas como técnico interno para a zona de Trás-os-Montes, grande Porto e Aveiro.

Funchal. Deste modo, consegue-se responder aos pedidos provenientes dos mais variados contextos do país.

Vê-se alargado o âmbito da intervenção pública, no sentido de incentivar a iniciativa privada para o acesso à propriedade, através de uma forma aberta e flexível. Num prazo de oito anos, verifica-se a concessão de empréstimos para cerca de nove mil habitações, excedendo substancialmente todas as previsões iniciais⁵³.

No entanto, mesmo dando uma resposta eficaz a todos os beneficiários interessados, uma avaliação objectiva mostra que é através de uma construção programada em grande escala que se conseguem resultados satisfatórios perante o agravamento da situação habitacional. Não tirando o mérito à iniciativa, (...) *os empréstimos individuais poderão assumir o seu lugar próprio de carácter complementar (...)*⁵⁴, resultando em situações pontuais e verificando-se uma grande dispersão pelo território⁵⁵.

Ao mesmo tempo que se verifica esta descentralização da actividade, é desenvolvido, nos serviços centrais, um trabalho de formação, com aprofundamento da problemática da habitação económica, tratamento de informação com um processo de normalização de materiais, pormenores tipo, medições, cadernos de encargo, correspondendo a todo um apoio técnico⁵⁶. Resultam desta reflexão interna os *Boletins HE*, ou *Cadernos Técnicos de Circulação Restrita*, consequência do tratamento de informação profundamente

⁵³ *Casas de Renda Económica, Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos*. S.l.: Habitações Económicas — Federações de Caixas de Previdência, Agosto 1966.

⁵⁴ *Moradias Construídas ao Abrigo da Lei n.º 2092*. Porto: Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência, : s.d.

⁵⁵ Maria TAVARES — *Federação de Caixas de Previdência...*, p. 97.

⁵⁶ O Gabinete de Estudos e Projectos divide-se em dois sectores: 1. Sector de Estudos (normas); 2. Sector de Projectos. O primeiro sector desenvolve todo um trabalho interno de análise e controlo de custos associados à construção, organização do fogo e equipamento urbano, e produção dos boletins HE. O segundo sector prende-se com a planificação, conjuntos de Casas de Renda Económica, conjuntos de Casas do Povo e empréstimos individuais. Inclui, ainda, uma vertente de documentação associada aos dois sectores, confluindo no trabalho realizado pelos arquitectos regionais nas diversas zonas.

sistematizada, revelando, essencialmente, preocupações pela investigação, de forma a promover padrões de qualidade a aplicar nas operações a fomentar⁵⁷. Os boletins iniciam a sua publicação, não regular, em Maio de 1962, com uma comunicação de Braula Reis, que, apesar do seu âmbito restrito⁵⁸, reforça a abertura (...) *a toda a troca de ideias que ajude de qualquer maneira a resolver o problema da ‘habitação social’ no nosso país (...)*⁵⁹.

É ao longo dos anos sessenta que a aplicação desta nova lei das Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo apresenta resultados. Anos de transição e de revisão quanto ao processo do moderno, a década de 1960 afirma-se de consolidação para as HE, pelo amadurecimento metodológico da prática de uma encomenda, assolada por experiências enriquecedoras quanto ao processo de transformação social.

Todos os actores envolvidos nesta fase da acção estão empenhados em valorizar a arquitectura doméstica portuguesa, indo ao encontro do estipulado por João Braula Reis quando aceita o desafio: individualizar cada caso através de um projecto dirigido e contextualizado (dizendo, por isso, não aos projectos-tipo), e estudar com exactidão todos os aspectos referentes à construção económica da habitação, como, por exemplo, os seus componentes⁶⁰.

Na minuta de contrato a celebrar com os arquitectos regionais salvaguarda-se precisamente esta questão da repetição dos projectos. Deste modo, (...) *sempre que o ‘Arquitecto’ entenda de repetir um projecto já utilizado, deverá declará-lo e justificar as razões em nota apensa ao processo. Considerando, contudo, que só em circunstâncias excepcionais se verifica a simples repetição e que as dificuldades de adaptação a*

⁵⁷ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência — 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 209.

⁵⁸ Dirigido sobretudo a colaboradores em contacto directo com as realizações das HE.

⁵⁹ HE.FCP *Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita*, Mai. 1962, ano 1, n.º 1.

⁶⁰ Vasco CROFT — *Arquitectura e Humanismo. O Papel do Arquitecto, Hoje, em Portugal*. Lisboa: Terramar, 2001, p. 281.

*condições concretas tornam por vezes estes casos tão trabalhosos quanto um estudo de raiz (...)*⁶¹.

O mesmo assunto é exposto por Nuno Teotónio Pereira, numa informação de 1958 enviada à direcção das HE. A preocupação prende-se com o carácter regional e local da arquitectura, com a importância da habitação para a valorização material e cultural das províncias, e com o conceito de casa como enquadramento adequado das actividades familiares. Comprova com os “desastrosos” exemplos dos celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT)⁶² ou das escolas do Plano dos Centenários. Caso se verifique a necessidade da repetição de um projecto, este (...) *deverá ser sempre adaptado e aperfeiçoado pelo autor, como toda a obra de arte isto é uma criação individual e unitária (...)*⁶³.

Os projectos mais representativos desta fase são os que se realizam para as empresas fabris e Casas do Povo, pela proposta de conjunto e respectiva adaptação da escala ao sítio. Veremos que a importância que é dada ao espaço da família, onde se desenrola a vida privada, como espaço de representação de inúmeras lógicas, é igualmente posta em prática no aprofundamento da vida comunitária, com a proposta de pequenas estruturas indispensáveis à mesma.

Estes programas, ao contrário dos das Casas de Renda Económica, pressupõem, na sua maioria, o contacto com as populações ou representantes destas, para discussão dos mesmos, o que representa um novo dado a acrescer à metodologia até então adquirida e discutida, acreditando que o processo de participação no projecto se constitui como uma mais-valia para a humanização do habitar.

Renovam-se os processos, os programas e os modelos, no sentido de um realismo puro, através da leitura do contexto, não só geográfico, mas igualmente antropológico e sociológico, e do conhecimento dos futuros utentes e das suas necessidades/ambições.

⁶¹ Ponto 3 das “Condições Especiais Referentes a Casos Individuais da Lei 2.092”.

⁶² A FNPT é criada em 1933.

⁶³ Nuno Teotónio Pereira, Serviços Técnicos das HE, Informação n.º 4/58.

Os exemplos são vastos. Apontamos, no entanto, as exemplares contribuições de Vítor Figueiredo, na área de Santarém, de Arnaldo Araújo, em Trás-os-Montes, e de Bartolomeu da Costa Cabral com Vasco Croft, na Chamusca⁶⁴.

Vítor Figueiredo revela particular atenção à organização do espaço interno, anunciando uma atitude muito crítica face ao repertório arquitectónico disponível⁶⁵. As condicionantes de custo mínimo são, para ele, apenas mais um parâmetro e não, como refere em entrevista, um “espartilho”. Leitor atento das obras dos mestres, tal como a sua geração, fala-nos na importância de F. L. Wright e de A. Aalto e da descoberta em desenhar percursos imaginários por onde se possa circular, ultrapassando apenas com uma porta a exiguidade dos espaços. A adequação ao controlo das áreas (...) *conduz a uma forte homogeneização dos espaços da habitação (...) que apresentam áreas muito semelhantes, permitindo uma grande flexibilidade de uso de acordo com as conveniências de cada família (...)*⁶⁶.

O estudo da organização interna é, ainda, enriquecido por uma valorização de espaços que o autor denomina de “afuncionais”, o espaço de *laboro* conquistado pelos italianos e que Vítor Figueiredo aplica nos seus programas mínimos. Podemos referenciar inúmeras obras, desde registos mais rurais, como Benavente, Santo Estêvão, Constância, etc., como as propostas mais urbanas dos Olivais-Sul e Peniche.

Arnaldo Araújo, figura incontornável no seio das HE por todo o seu dinamismo, apresenta fundamentalmente um discurso teórico assente na operatividade. Não é casual que faça a ponte com acontecimentos determinantes na época considerada. Estes ajudam-no na procura do desejo concreto de conhecer a realidade do povo, de reconhecer os atributos racionais da arquitectura popular, defendendo uma nova possibilidade operativa. Referimo-nos à sua participação no já mencionado Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, onde coopera na equipa de Trás-os-Montes; à sua prova

⁶⁴ Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft como funcionários dos quadros técnicos das HE, não como arquitectos regionais.

⁶⁵ Duarte Cabral MELLO — “Vítor Figueiredo/Arquitecto”. *Arquitectura*, Out. 1979, n.º 135.

⁶⁶ Rui Jorge Garcia RAMOS — *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP publicações, 2010, p. 87.

CODA (Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto) sobre as *Formas do Habitat Rural no Norte de Bragança*, apresentada em 1957; à participação, juntamente com Fernando Távora, no plano de uma comunidade rural, que o grupo CIAM Porto apresenta ao X CIAM em Dubrovnik; e à recuperação das aldeias do concelho de Bragança, que as HE promovem em 1960, iniciando com uma operação experimental na aldeia de Espinhosela, que teve por base a sua prova CODA, o que levou a que lhe fosse atribuída a responsabilidade do trabalho.

Na figura de arquitecto regional projecta, juntamente com José Dias, um agrupamento para Torre Dona Chama, em Bragança⁶⁷, propondo um sistema de vida relacionado com conceitos de modernidade, como a abolição das circulações, a relação da saleta com a cozinha, separadas pontualmente pela chaminé (elemento central da casa e simbólico na organização doméstica e familiar), e a inevitável relação múltipla com o exterior, adequando esta nova visão da casa às condições técnicas locais e, inevitavelmente, culturais.

Terminamos esta curta viagem pelos projectos executados ao abrigo da Lei das Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo, com um conjunto para a Casa do Povo da Chamusca, projectado por Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft. Amplamente divulgado pela revista *Arquitectura*⁶⁸, em 1961, num completo artigo de Carlos Duarte e Daniel Santa Rita, é apontado como o primeiro de uma série de conjuntos a ser construído ao abrigo desta lei, a (...) *espalhar pelo país destinados a trabalhadores rurais e operários* (...).

Conciliando criteriosamente programa e sítio, há uma procura eficaz perante as necessidades habitacionais da população, que não difere, em termos de princípios conceptuais, das grandes experiências contemporâneas em contextos urbanos, propostas pelos mesmos autores⁶⁹. Valoriza-se, igualmente, o espaço central comum, com o fogo como o centro da vida doméstica e da

⁶⁷ No entanto, a proposta não se constrói, a favor de um projecto de Alcino Soutinho.

⁶⁸ Carlos DUARTE; Daniel Santa RITA — “Bairro Económico da Chamusca”. *Arquitectura*, Mar. 1961, n.º 74.

⁶⁹ Já decorria em Lisboa a grande operação dos Olivais, onde os autores são convidados a intervir.

composição interior da casa, tirando partido de uma série de pequenos dispositivos pensados em termos de uso e de conforto, não pela excelência da área, reduzindo e simplificando o programa na sua articulação, anulando consideravelmente os espaços de circulação. Importa destacar, mais uma vez, a consciencialização do papel da mulher no lar, dando atenção aos locais polarizadores da reunião familiar e à sua relação com o núcleo de serviços⁷⁰.

Nesta experiência de descentralização da actividade profissional e dado o contexto cultural que se vive, aposta-se nos elementos formais modernos, introduzindo-lhes significação social, reduzindo a sua escala e aproximando-os dos valores regionais e das tradições locais. Parte-se do princípio de que a habitação é um serviço social e o utente um actor integrante do processo do projecto.

4. As grandes operações: Lisboa e Espinhosela

Em simultâneo com estas experiências espalhadas pelo país, constituindo-se como exemplos dispersos, observa-se um salto dimensional significativo nas grandes operações urbanas em Lisboa. Os Olivais, Norte e Sul, e, posteriormente, Chelas, planos do Gabinete Técnico da Habitação (GTH), elaborados a partir do Decreto-Lei n.º 42 454, e com grande representatividade de promoção/construção pelas HE⁷¹, marcam a transição das décadas de 1950-1960, com o seu significativo alcance social.

Considerada uma experiência assinalável pelo experimentalismo de conceitos, resultante de uma vasta encomenda de projectos, os Olivais, ao contrário de Alvalade que apresenta uma maior unidade, são (...) *o laboratório definitivo da arquitectura e da cultura arquitectónica moderna em Lisboa (...)*⁷².

Interessa-nos essencialmente a representatividade da acção das HE neste contexto, através de uma grande variedade de profissionais que intervêm

⁷⁰ Nuno PORTAS — *A Habitação Social...*, p. 142.

⁷¹ O GTH assegura a coordenação geral, distribuindo, a partir do plano de pormenor, lotes para várias entidades que asseguram a sua construção.

⁷² Ana TOSTÕES — *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP publicações, 1997, p. 76.

nas operações, proporcionando uma (...) *considerável diversidade de experiências arquitectónicas* (...) ⁷³ tipológicas e urbanas, e uma mostra qualificada de soluções no domínio da habitação de âmbito social. Reforça-se a ideia de laboratório experimental, em torno da função social da arquitectura, numa época de encruzilhada e de reflexão sobre os valores do contexto e do programa do habitar.

Participam nas obras financiadas e construídas pelas HE nomes como: Nuno Teotónio Pereira, António Pinto Freitas, Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft, Vítor Figueiredo, Nuno Portas, João Braula Reis, João Matoso, Pedro Cid, Fernando Torres, Vasconcelos Esteves, Palma de Melo, Pires Martins, entre outros.

As experiências multiplicam-se, ensaiando-se (...) *fórmulas de integração e de coordenação de fontes de financiamento e de entidades promotoras* (...) ⁷⁴, sendo as HE a maior das entidades a receber lotes para construção de Casas de Renda Económica ao abrigo da Lei n.º 2007.

Paralelamente, mas em contexto eminentemente rural, Arnaldo Araújo fica responsável pelo estudo piloto da aldeia de Espinhosela. Os estudos relativos a esta operação iniciam-se em 1960, no Gabinete de Estudos, em Lisboa, tendo como objectivo a recuperação das aldeias do concelho de Bragança. Através de reuniões com entidades responsáveis (Câmara Municipal de Bragança, casas do povo, juntas de freguesia, párocos das aldeias, etc.), de visitas de reconhecimento e de inquéritos locais com levantamento das condições de habitabilidade de cada aldeia (incluindo materiais, técnicas e custos da construção), pretende-se estabelecer, com realismo, um plano de recuperação que possa ser implementado por todo o concelho, tendo por base a Lei n.º 2092.

Nas visitas regulares de trabalho associam-se outros nomes, como os dos arquitectos Octávio Lixa Filgueiras, António Meneres, Viana de Lima (na

⁷³ Sérgio FERNANDEZ — *Percurso, Arquitectura Portuguesa, 1930/1974*. Porto: edições FAUP, 1988.

⁷⁴ José António BANDEIRINHA — *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 101.

qualidade de urbanista de Bragança) e o do pintor António Quadros. Destaca-se a visita a Espinhosela do arquitecto brasileiro Lúcio Costa, em Março de 1961, aquando de uma passagem pelo Porto para um ciclo de conferências na sua Escola Superior de Belas-Artes, tendo como objectivo o reconhecimento dos aspectos do *habitat* rural.

A reflexão em torno da cidade e das operações de cariz rural e antropológico surgem em simultâneo, sendo possível estabelecer elementos e preocupações comuns, que ocupam um lugar de destaque numa procura colectiva de soluções enriquecedoras para o habitar colectivo.

5. Um conjunto de circunstâncias

Ao longo destes vinte e seis anos de experiência, com especial incidência nas décadas de 1950 e de 1960, é ainda de considerar um conjunto de circunstâncias paralelas que, para as HE, directa ou indirectamente, se revelam de extrema agitação política, cultural e social, pela participação directa dos seus actores.

Os congressos, colóquios e encontros, que, em paralelo, são organizados ao longo do período activo do organismo, constituem-se como ferramentas indispensáveis para cruzar experiências, expor preocupações e lançar estratégias e métodos de trabalho.

Referimo-nos aos congressos da UIA, nos quais, conforme já apontado, Nuno Teotónio Pereira tem a responsabilidade do cargo de delegado nacional da *Comissão do Habitat* ao longo de seis anos. Refere, em entrevista, que estes congressos se revelam de extrema importância, (...) *pois apresentavam muitos aspectos ligados à habitação social. (...) realizados em numerosos países, discutia-se todos os problemas da habitação, e através deles recebíamos muita informação. Havia a consciência que esta coisa da habitação era uma tarefa Europeia, pois todos os países tinham problemas semelhantes (...)*⁷⁵. Os temas, discutidos em reuniões de trabalho, prevêm, numa grande maioria dos casos, visitas de estudo previamente organizadas a bairros sociais da cidade onde se realiza o congresso.

⁷⁵ Entrevista a Nuno Teotónio Pereira em: Maria TAVARES — *Federação de Caixas de Previdência...*

Apontamos, a propósito, a importância da realização do III Congresso da UIA em Lisboa, em 1953, no Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA), como um acontecimento relevante para a classe. Com a presença de cerca de seiscentos participantes e de trinta e cinco delegações nacionais, discute-se *O Arquitecto na Encruzilhada de Caminhos*.

Em Fevereiro de 1960, destaca-se um colóquio promovido pelo SNA. Com a responsabilidade da organização de Nuno Portas, entre outros⁷⁶, discutem-se, no Palácio Galveias, em Lisboa, os *Aspectos Sociais na Construção do Habitat*. O colóquio conta com a presença do arquitecto urbanista Robert Auzelle, que apresenta a sua experiência no Porto, e do sociólogo Chombard de Lauwe, que disserta sobre (...) *as implicações sociológicas do uso da habitação, remetendo-se para casos específicos da construção massiva em França (...)*⁷⁷. No âmbito dessa comunicação, apresenta uns célebres inquéritos realizados nas grandes estruturas sociais em França, concluindo que o insucesso dos bairros se deve à desadequação dos moradores aos espaços por eles usados, devido à falta de reflexão sobre as especificidades sociais e psicológicas de cada estrato a servir⁷⁸.

Com a acumulação e sistematização de experiências neste campo da habitação, cabe às HE, nomeadamente a Nuno Teotónio Pereira e a João Braula Reis, a realização de um capítulo sobre a habitação e o urbanismo destinado ao *Plano Intercalar de Fomento*⁷⁹, elaborado para 1965-1967, onde, pela primeira vez nestes instrumentos de planificação, é contemplado um capítulo dedicado a estas questões, o que representa, segundo Nuno Teotónio, (...) *um passo muito significativo da importância que finalmente se lhe está a dar no quadro dos problemas nacionais (...)*⁸⁰.

⁷⁶ Peres Fernandes, Rui Mendes Paula, Raul Ramalho, Bartolomeu Costa Cabral, Octávio Lixa Filgueiras e Coutinho Raposo.

⁷⁷ José António BANDEIRINHA — Ob. cit., p. 65.

⁷⁸ *Idem, ibidem*.

⁷⁹ *Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1964.

⁸⁰ Nuno Teotónio PEREIRA — “A política de habitação nos Planos de Fomento”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 52.

Numa conjuntura apertada, confrontada com a guerra colonial e com a emigração crescente, é necessário veicular estratégias que, entre outros factores, incluam a questão da promoção da habitação⁸¹.

E com o aproximar do final da década de 1960, verifica-se uma nova tomada de consciência para o problema da habitação, que, para além de se considerar um problema social com dimensão muito significativa e com clara presença urbana, passa a ser reconhecido, também ou mesmo essencialmente, como um problema do foro político.

O Colóquio sobre Política da Habitação, realizado por iniciativa do Ministério das Obras Públicas, em 1969⁸², no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, conclui que as acções dos sectores públicos e semipúblicos que se debatem com o problema da habitação demonstram apenas uma incidência de 5 a 10% da construção total, face à produção privada, com a agravante das oscilações livres de mercado que lhes estão associadas⁸³. Insiste-se na existência de uma desordenação entre os diversos serviços e organismos que abordam os problemas da habitação, criando-se o Fundo de Fomento da Habitação⁸⁴ (FFH), através do Decreto-Lei n.º 49 033, de 28 de Março, (...) *com o objectivo de reunir, num único organismo, as diferentes formas de intervenção estatal no sector da habitação social* (...) ⁸⁵. O colóquio resulta num acontecimento marcante na política da habitação em Portugal e ensaia o que viria a constituir-se como a ruptura das HE.

6. Breve leitura de um percurso

A tónica do percurso desenvolvido pelas HE em Portugal é fundamentalmente apoiada, como defende Nuno Teotónio Pereira, (...) *num elevado sentido de serviço público* (...). É, acima de tudo, uma tarefa de cooperação entre arquitectos e

⁸¹ José António BANDEIRINHA — Ob. cit., p. 69.

⁸² Entre 30 de Junho e 5 de Julho, 1969.

⁸³ José António BANDEIRINHA — Ob. cit., p. 71.

⁸⁴ Aliás, já advertido no Plano Intercalar de Fomento.

⁸⁵ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 211.

outros técnicos de diversas áreas de estudo que, confrontados com um Portugal em transformação, testam uma nova capacidade operativa.

Como vimos, o cruzamento, por vezes circunstancial, dos corpos técnicos das HE com outras iniciativas e estudos, dado serem anos profícuos em acontecimentos político-culturais, revela-se pertinente para uma conquista metodológica e para testar modelos de actuação.

Numa primeira fase, o cliente é considerado como um todo, como um conjunto maioritário da sociedade, ao qual o arquitecto se dirige por via da habitação económica. No final dos anos cinquenta, anos de revisão de conceitos que se cruzam com a introdução de nova legislação, a participação passa a constituir um novo dado, em que o utente é actor integrante do processo do projecto.

Mais do que pôr em prática os requisitos da legislação em vigor, as equipas de projecto das HE aproveitam os meios disponíveis para elaborar uma leitura estratégica sobre o problema, apoiando-se, para tal, nos sistemáticos estudos de Raul da Silva Pereira sobre o *deficit* habitacional e as condições de alojamento. Introduzem, deste modo, nas décadas de 1950 e 1960, e a par de toda uma discussão sobre a arquitectura doméstica, uma nova perspectiva metodológica sobre a casa, apoiada numa filosofia puramente social.

Reflecte-se sobre o conceito de mínimo, com a importante contribuição dos estudos de Nuno Portas⁸⁶, e sobre o papel da mulher na vida doméstica, que, segundo o mesmo, está na (...) *base da revisão do conceito de organização da casa (...)*⁸⁷. Propõe-se a passagem da casa como espaço compartimentado para a casa como espaço contínuo, assumindo-se a responsabilidade social num jeito de compromisso com os formalismos do Movimento Moderno, resultando em

⁸⁶ Nuno PORTAS — *Funções e Exigências de Áreas de Habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969; *A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*. Porto: FAUP publicações, 2004.

⁸⁷ Nuno PORTAS — *A Habitação Social...*, p. 27.

estudos pioneiros, acumulando e sistematizando experiências (...) *num sector até então marcado por um grande empirismo* (...)⁸⁸.

As HE assentam na cultura arquitectónica de uma época, contribuindo para um território de produção sistemática e para o fomento da habitação, transpondo os valores de uma nova modernidade, ao mesmo tempo que proporcionam a revelação de uma classe profissional, dispondo para tal tanto dos meios como, fundamentalmente, dos propósitos.

⁸⁸ Nuno Teotónio PEREIRA — “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”. *Escritos (1947-1996, selecção)*, p. 210.